Informativo Vivat nº 58 **Julho-Dezembro, 2013**

211 East 43 St, Suite 706, New York, New York 10017 Tel|Fax : +1 646-487-0003 Email: viny@vivatinternational.org

Caras Leitoras/Caros Leitores Bem-vindos à 58ª Edição Online do Informativo VIVAT

Nossos melhores votos a todos/todas nesta época alegre e abençoada do ano. Esperamos que vocês apreciem os relatos de nossos membros do mundo todo, aqui contidos, promovendo a inspiradora missão de justiça e paz e levando esperança a todos/todas em necessidades.

Nossos membros comemoraram o Dia Mundial do Alimento, em 16 de outubro, através da participação ativa, em Roma, de conferências da ONU - Organização para Agricultura e Alimento (FAO), em que representantes de governos interessados integram numerosas ONGs, em parceria colaborativa, para enfrentar o problema global da fome. Nessa edição, outros membros também partilham seus trabalhos sobre mineração e direito à terra, na América Latina, e sobre como acrescentaram a seus esforços, na luta, destacadas lideranças religiosas. Vocês lerão, também, sobre nossos incríveis membros nas Filipinas, que estão trabalhando incansavelmente para ajudar as vítimas do terremoto e tufão que devastaram muitas regiões do país, bem como outros , na Bolívia, defendendo crianças mantidas ilegitimamente em detenções e, ainda, outros, na Índia, promovendo os direitos dos Cristão/Cristãs Dalits, que são, muitas vezes, vítimas de disseminada discriminação.
Nós tod@s de VIVAT Nova Iorque, desejamos-lhes um Natal abençoado e cheio de paz!

NESTA EDIÇÃO:

Dia Mundial da Alimento 2
2014 - Ano da Família Agricultora 3
Ocupação de Terras e Mineração 4
Executivos no Vaticano 6
Vozes no Brasil 7
Direito à Água 7
Tufão Haiyan 8
Direitos dos Dalits 8
Seminário VIVAT na África 9
Almejando a Paz 9

MESA DIRETORA
Maria Theresia, SSpS
Heinz Kulüke, SVD
Guy Mazola Mido, SVD
Gervase Taratara, CSSp
Carmen Bandeo,SSpS
Daisuke Narui, SVD
Zita Resch, ASC

SECRETÁRIA
Selvi Selva Rani, SSpS

SECRETARIA EXECUTIVA
Zélia Cordeiro, SSpS
Félix Jones, SVD

VIVAT REP EM GENEBRA
Edward Flynn, CSSp

CONTRIBUIÇÕES
Catarina Doyle, Clara Torres, Fernanda Pellizzer, Zeina Shuhaibar, Daniel Leblanc, Miguel Pipolo, Josimar Ferreira, Cristina Ramos, Anita Marie Gutierrez.

TRADUÇÃO
Juan Domingo Griffone, SCJ
Roberto Garcia Murcuego, SCJ
ESPANHOL
Simone Petra Hanel, SSpS
ALEMÃO

Edni Gugelmin, SSpS
PORTUGUÊS

REVISÃO
Judy Cates

NOVA IORQUE GENEBRA
+1 646 478 0003
GENEBRA
+41 022 796 991

Dia Mundial do Alimento, 16 de outubro – o Desafio Contínuo da Fome.

O Dia Mundial da Alimento foi formalmente aprovado, na FAO (Organização para o Alimento e Agricultura), na sede da ONU, em Roma, em 16 de outubro de 2013. O Papa Francisco enviou, na ocasião, uma mensagem ao Diretor Geral da FAO, Sr. José Graziano da Silva, que foi entregue a todos os presentes pelo Observador Permanente junto a FAO, Arcebispo Luigi Travaglino.

A mensagem do Santo Padre começa: "O Dia Mundial da Alimento coloca diante de nós um dos mais sérios desafios para a humanidade, que é a trágica condição na qual vivem milhões de pessoas com fome e mal nutridas, entre elas muitas crianças. É um escândalo que ainda existam fome e desnutrição no mundo. Não se trata, apenas, de responder a emergências imediatas, mas de enfrentar, juntos, em todas as áreas, esse problema que desafia nossa consciência pessoal e social e chegar a uma justa e definitiva solução." Não há dúvidas de que, tendo na lembrança as dolorosas imagens do resgate dos refugiados no Mar Mediterrâneo – onde muitos perderam a vida – e de sua própria experiência em sua viagem a Lampedusa, Papa Francisco prosseguiu: "Ninguém deveria ser obrigado a abandonar seu país e seu contexto cultural por falta dos necessários meios de subsistência.".

A mensagem inteira do Papa Francisco, no Dia Mundial do Alimento, é um comentário apropriado para a comunidade mundial, talvez particularmente para nós, membros de comunidades religiosas, na medida em que lutamos para escolher as melhores maneiras de enfrentarmos o contínuo flagelo da fome no mundo e o 'Desafio Fome Zero', agora meta oficial da FAO e de todo o sistema da ONU.

De 7 a 11 de outubro, 2013, na sede da FAO, em Roma, como representante das Religiosas/Religiosos no Grupo da FAO, participei do comitê sobre Segurança Alimentar Mundial, CFS Sessão, durante uma semana. VIVAT Internacional compõe uma parte significativa de 20 comunidades religiosas femininas e masculinas que formam uma Associação chamada ICR no Grupo FAO. Uma das principais partes dessa atividade é participar na Sessão anual do CFS. O CFS na FAO é o fórum chave de política intergovernamental e multilateral para Alimento e agricultura no mundo todo. Havia aproximadamente uns 750 participantes, incluindo mais de 120 delegações governamentais, quase 100 organizações da sociedade civil e 50 do setor privado (ONGs são numerosas tanto na sociedade civil como no setor privado). Todos os/as participantes se reuniram e interagiram juntos. Desde a grande reforma do CFS na FAO, em 2009, todos esses grupos, não apenas as delegações governamentais, são considerados partes interessadas e participantes ativos em todo o processo de implementação das políticas e programas do CFS. Outras duas agências com base em Roma , WPS (Programa Mundial do Alimento) e IFAD (Fundo Internacional para Agricultura e Desenvolvimento) são parceiras da FAO no CFS.

Como representante do ICR no Grupo de Comunidades Religiosas na FAO, sou ativo em todos os estágios das deliberações. Como participante e sob o guarda chuva do Civil Society Mechanism (CSM), estabelecido pela FAO para possibilitar uma ampla participação não governamental de vozes na preparação e monitoramento das políticas e Programas, eu empresto minha voz para ajudar ajuntar mensagens importastes e estratégias durante o ano como parte das contínuas tarefas dos Grupos de Trabalho sobre importantes questões.

A Divisão de Parcerias da FAO, que lida com integração de grupos de parceiros não governamentais, como nosso ICR, disse-me que eles procuram por 'valor agregado' que um grupo como o nosso traz à mesa da FAO. Acredito que a força que temos é o número de membros de nossas congregações vivendo nos

vilarejos locais e arredores pelo mundo afora. Acredito então, que meu desafio de VIVAT e nosso desafio comum é ver como podemos mobilizar, organizar nossas vozes individuais e coletivas para assumir as políticas e programas formulados pela FAO para 'eliminar a fome em nossos dias' e, ao mesmo tempo, fazê-los conhecidos entre nós e em nosso meio e, então, avaliar com nossos membros o quanto as políticas e programas da FAO estão funcionando no âmbito local para, de fato, conseguir seu objetivo, que é o de eliminar a fome.

Papa Francisco, em sua mensagem pelo 'Dia Mundial da Alimento' tocou em um tema que é sempre a parte mais importante de nossa vida e trabalho. Ele disse: "estamos já às portas do Ano Internacional (da Família Agricultora – 2014) que, pela iniciativa da FAO, será dedicado à família rural... A Igreja Católica segue o caminho com vocês..." Espero trabalhar com vocês na VIVAT nesse próximo ano nesses dois desafios: divulgar as políticas e programas da FAO e sobre o Ano Internacional da Família Rural mencionado pelo Papa Francisco.

O Estado de Segurança Alimentar-2013, divulgado pela FAO, de que ainda há uns 836 milhões de famintos no mundo, diminuiu, mas não muito, dos números relativos ao ano passado – 872 milhões de famintos. O desafio 'Fome Zero' continua nosso desafio comum.

Kenneth Thesing, MM
Representante ICR - Grupo FAO

Uma em cada seis pessoas passa fome.
Aproximadamente uma em seis pessoas não tem alimento suficiente para ser saudável e levar uma vida ativa.
A maioria dessas pessoas vive em países em desenvolvimento

Ano Internacional da Família Agricultora Abertura Oficial 22 de novembro de 2013

O próximo ano merece uma atenção especial de todos/todas que trabalham pelos pobres e lutam contra a fome mundial, pois é o Ano Internacional da Família Agricultora (AIFA).

Um dos meios mais eficientes de trabalhar pelo pobre e por aqueles/aquelas que enfrentam a fome é apoiar as/os produtores dos alimentos. Entre esses, há muitas famílias agricultoras, responsáveis por 70% do alimento humano no mundo. A expressão "família agricultora" engloba toda a cadeia da produção de alimentos numa pequena escala, empregando famílias de trabalhadores: agricultores, criadores de gado, pescadores e colhedores dos alimentos nas florestas.

Todos/todas conhecemos a crise alimentar no mundo e a fome que ainda afeta 840 milhões de pessoas. Também sabemos das dificuldades das famílias agricultoras face ao crescimento do agronegócio, controle de insumos e de sementes por poucas empresas multinacionais e do aumento da concentração da terra nas mãos de grandes latifundiários na América Latina, África e Ásia. Em nossos dias, vários funcionários da FAO reconhecem que, por muitos anos, a família agricultora foi abandonada pelos governos, embora, hoje, a agricultura familiar seja considerada a atividade econômica de maior potencial para aumentar a oferta de alimentos e melhorar as condições de vida das populações de áreas rurais que se tornaram vulneráveis.

A boa notícia é que a ONU declarou 2014 como Ano Internacional da Família Agricultora. A decretação desse ano celebrativo não é o resultado de uma resolução espontânea da ONU ou dos estados que a compõem, mas é o resultado de uma campanha longa e intensiva, conduzida pelo Fórum Rural Mundial, com base na Espanha, e respaldada por mais de trezentas organizações internacionais.

O objetivo do AIFA é alcançar políticas específicas que favoreçam o reconhecimento e desenvolvimento da família agricultora nas estâncias nacional, regional e internacional. VIVAT Internacional apoia essa campanha, de modo que todos/todas tenham vida.

Frente à fome e desnutrição no mundo, devemos ajudar a despertar a consciência da importância da luta contra a fome e promover iniciativas em favor da produção de mais alimentos.

Ações sugeridas:

- Informar coirmãs e confrades, escolas e trabalhos sociais, aos nossos cuidados, sobre esses eventos;
- Publicar a notícia nas redes sociais , em web sites das províncias, comunidades e paróquias;
- Entrar em contato com organizações de agricultores, pescadores e outros grupos de economia social e organizações locais que trabalham com os pobres, para conhecer suas iniciativas e preocupações e oferecer apoio onde necessário.

Pe. Claudio Weber, scj

"Sabemos que não pode existir um mundo De paz com um terço ricos e dois terços com fome".

Jimmy Carter

Açambarcamento de Terras e Impactos da Mineração em Larga Escala

LÍDERES RELIGIOSOS & SOCIEDADE CIVIL UNIDOS PARA RESISTIR

De 4 a 9 de novembro passado, Lima hospedou três eventos internacionais sobre o impacto de projetos de mineração em larga escala e os conflitos crescentes que estes estão causando em toda a América Central e do Sul, devidos aos efeitos danosos sobre as populações indígenas e comunidades locais, que são reprimidas quando procuram resistir.

O primeiro encontro reuniu trinta religiosos-religiosas e leigos/leigas representando nove países. Peru, Equador, Colômbia, Chile, Brasil, Argentina, Honduras, El Salvador e Guatemala são paísaes nos quais comunidades locais e populações indígenas estão cada vez mais sendo deslocadas por causa da tomada de suas terras relacionadas com projetos de mineração em larga escala; ecossistemas vitais estão sendo destruídos, direitos humanos violados, defensores/defensoras desses direitos são violentamente perseguidos e reprimidos. A reunião contou com leigos/as e religiosos/as que trabalham nesses países afetados, para partilharem experiências das comunidades nas quais trabalham na perspectiva dos direitos humanos. Os/as participantes têm procurado identificar e desenvolver estratégias de curto e médio prazo para responder à realidade complexa de tais projetos. Estiveram presentes ONGs nacionais e internacionais, incluindo o Observatório de Conflitos da Mineração da América Latina, CEHPRODEC, de Honduras, GRUFIDES, do Peru e Justiça nos Trilhos, do Brasil. De Nova Iorque estiveram presentes VIVAT Internacional, Franciscanos Internacional e Mercy Internacional, todos com assento consultivo especial na ONU. Misereor, na Alemanha, que ajuda a Igreja Católica na América Latina nas questões da mineração, também estava representada.

Após a conclusão, os participantes apresentaram um pedido ao representante da Conferência dos Bispos do Brasil, CNBB, representada em Lima por Dom Guilherme Antonio Weralang, Presidente da Comissão Episcopal por Justiça, Paz e Integridade da Criação da CNBB - para organizar uma reunião mais ampla e mais inclusiva, na América Latina, em 2014, sobre "Igrejas e Mineração". Além disso, Fábio Ferreira, um Franciscano Frade Menor com sede em Roma, foi indicado para relatar ao Vaticano as preocupações discutidas. Os participantes esperam que o Cardeal Peter Turkson, da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, irá encontrar-se com vítimas de operações da mineração e urgir as congregações religiosas a fortalecer o trabalhos que já estão realizando na base, no acompanhamento e assistência às vítimas de projetos de mineração de larga escala; esses são os novos pobres!

Também, teve lugar em Lima uma reunião coordenada por Mining Whatch, a ONG Canadense, que reuniu lideranças de 25 ONGs e movimentos sociais. Nesse fórum os/as participantes analisaram aspetos fundamentais das grandes companhias multinacionais que estão, no momento, liderando a exploração, extração e comércio de minerais brutos na América Latina.

A terceira reunião em Lima foi convocada por OCMAL, uma rede internacional de movimentos sociais, organizações e lideranças comunitárias, que luta contra os impactos destrutivos da mineração. A 5ª reunião bianual da OCMAL contou com 70 participantes de nove países da América Central e do Sul. Os participantes trataram da necessidade de assegurar que os conflitos causados pela mineração sejam conhecidos internacionalmente e que comunidades e defensores dos direitos humanos perseguidos ou em risco por causa de seu trabalho persistente recebam o apoio necessário.

Enquanto as reuniões no Peru estavam acontecendo, os participantes souberam da morte de dois defensores dos direitos humanos no Equador e na Colômbia, causadas pela violência de companhias mineradoras e governos, por defenderem suas comunidades.

Mineração Rumo ao Bem Comum

Dias de Reflexão com Executivos de Mineradoras no Vaticano

"Um respiro de Ar Fresco!" Esse foi o comentário que ouvi muitas vezes, aqui em Roma, de pessoas que estão sintonizados com as, muitas vezes, inesperadas mas, sempre interessantes e provocadoras palavras e ações do Papa Francisco. Seria possível que ele tivesse injetado um novo 'gene' no genoma da Igreja e da Sociedade, inserindo o gene do diálogo, da bondade e da transparência nos Cardeais e homens de negócios de indústrias extrativas? O fato é que representantes da Igreja e da indústria mineradora tiveram uma reunião, na câmara do Conselho Pontifical do Vaticano, convocada pelo Cardeal Peter Turkson, sobre o tema "Mineração Voltada ao Bem Comum."

Eu me perguntei : por que um alto executivo de corporações poderosas gostaria de estar no Vaticano, quanto menos entrar em discussão com Cardeal e gente da Igreja? No entanto, citando um participante , um Dia de Reflexão era exatamente do que precisávamos: "É a primeira reunião de que participo onde podemos falar aberta e francamente uns com os outros sobre nossas questões," disse um deles. Houve diálogo sobre pontos de vista e aos poucos as apreensões foram desaparecendo, diferenças foram sendo resolvidas, o cinismo foi superado e substituído por uma crescente confiança e diálogo.

Foi o presidente da AngloGold quem primeiro sugeriu, ao Cardeal Peter Turkson, uma Conferência no Vaticano, em janeiro último. Cardeal Turkson é o presidente do Conselho Pontifício por Justiça e Paz. Natural de Gana, ele está acostumado a chegar a decisões por consenso através de 'palavers', como é costume entre lideranças africanas. Ele é dotado de um coração bondoso, de uma sabedoria inata e conjunto de habilidades sociais que lhe permite jeito próprio, bastante diferente do modelo ocidental de interação com as pessoas para resolver questões. Rapidamente reconheceu a importância da sugestão e, juntos, planejaram o Dia da Reflexão para 7 de junho, com o propósito de discutir a 'melhor maneira de o setor da mineração prosseguir construindo relações com as comunidades'.

Como primeiro passo para o diálogo, o Cardeal citou princípios básicos de negócios que podem guiar cada um/ cada uma no serviço ao bem comum: "Lideranças do setor da mineração são chamadas a se empenhar econômica, política, social e culturalmente no mundo contemporâneo. Esperamos dotar executivos, seus empregados, investidores, subcontratados e todos os interessados relevantes de práticas que possam guiar cada um/uma no serviço do bem comum, insistindo na dignidade humana, distribuição equitativa e desenvolvimento sustentável," disse.

Membros do Grupo de Trabalho da Integridade da Criação e outros estavam presentes. O grupo havia feito um levantamento, em âmbito mundial, junto às comunidades religiosas, sobre o impacto da mineração relacionado aos seguintes objetivos:

1. Promover o bem comum através de uma distribuição dos benefícios da mineração com mais equidade e eliminação ou redução dos efeitos maléficos;

2.Beneficiar residentes locais e assegurar sua participação;

3.Contribuir com o desenvolvimento dos povos e países nos território onde os recursos são encontrados.

4.Promover o legítimo interesse da companhia mineradora e seus sócios;

5.Respeitar os recursos naturais limitados e o meio ambiente.

A troca foi promissora e todos/todas concordaram que tinha sido um bom exercício. Decidiram marcar outro Dia de Reflexão, desta vez envolvendo um grupo maior de executivos de companhias mineradoras e representantes da Igreja. Agradecendo a calorosa hospitalidade do Cardeal, dirigimo-nos a um restaurante local para apreciar a cozinha Romana e continuar nossa partilha.

O segundo Dia de Reflexão aconteceu no sábado, 9 de setembro, com mais de 20 altos executivos das maiores companhias mundiais e uma dezena de lideranças da igreja e religiosas. Entre os participantes das indústrias estavam os diretores da Newmont, Anglo American e Rio Tinto. Representantes de ONGs católicas e clero incluíram o presidente da Oxfam América, Ray Offenheiser e Ver. Seamus Finn do Interfaith Center of Corpotate Responsibility, um teólogo que é um dos principais acionistas e ativista sobre questões da mineração.

Apesar de, no dia, Papa Francisco estar dirigindo o dia de ora-

ção e jejum para afastar a ameaça de intervenção militar dos EUA na Síria, ele percebeu a importância do evento e tirou tempo para encontrar e abençoar os participantes, na esperança de que eles adotarão um processo guiado por princípios morais, procurando o bem comum de todos.

O propósito da reunião foi o de "criar harmonia de interesses envolvendo investidores, gerentes, trabalhadores, suas famílias, o futuro de seus filhos/filhas, preservação do ambiente, contribuição para um mundo de paz." O último objetivo, obviamente, refere-se às muitas situações de conflito nas quais o setor da mineração está envolvido.

Os resultados positivos obtidos pelos Dias de Reflexão dão-nos esperança de que temos um modelo par organizar encontros regionais semelhantes, de modo que um diálogo construtivo entre todos os interessados envolvidos possa continuar.

Camille Piche, OMI

VOZES NO BRASIL

O Novo Código da Mineração no Brasil é uma ameaça aos Direitos Humanos

Nos anos recentes, a indústria da mineração no Brasil explodiu em dimensão e produção. De 2001 a 2011, a produção cresceu de 1.6 a 4.1 por cento do PIB, fazendo do País o maior produtor de mineral na América Latina. O Ministro brasileiro das Minas e Energia tem a previsão de que tal crescimento vai continuar e que, lá por 2030, o Brasil vai chegar ao triplo da produção atual.

Para conseguir tal crescimento, as companhias mineradoras expandiram-se agressivamente pelo Brasil, com interesse especial na região Amazônica rica de recursos e não desenvolvida.

Como aconteceu com outras indústrias, a expansão da indústria mineradora, pelo Brasil, está provocando conflitos com populações indígenas que já ocupam as terras. Para aumentar o conflito, a mineração industrial, em larga escala, polui perigosamente as reservas de água dos moradores locais, como os grupos indígenas, o que impede que eles deem seu consentimento. A falta de respeito ao 'Consentimento Prévio, Livre e Informado' é uma violação clara aos direitos humanos das populações indígenas , consagrado tanto na declaração da ONU sobre os Direitos das Populações Indígenas como na Convenção Internacional do Trabalho Nº 169, que o Brasil ratificou em 1989. Por não fazerem a consulta, as companhias poluem a terra dos indígenas sem levar nenhum benefício à comunidade.

Participantes do Seminário JUPIC

Infelizmente, a nova legislação no Brasil ameaça reduzir a capacidade desses povos de proteger seus direitos. Desde 2009, o Governo Brasileiro tem tido uma negociação estreita com a indústria mineradora sobre a proposta de revisão da regulamentação da mineração brasileira. A indústria tem tachado essas leis, que datam de 1967, como burocráticas e não transparentes.

Uma atualização da legislação traria uma regulamentação mais efetiva e arrecadação mais alta para o governo brasileiro. Entretanto, a lei proposta também inclui condições que enfraqueceria drasticamente a autoridade dos grupos indígenas sobre suas próprias terras. Especificamente, a lei complementária Nº 227, proposta juntamente com a nova legislação, eliminaria a reivindicação dos indígenas sobre a terra, em "casos de interesses públicos relevantes". Essa cláusula abriria o caminho para companhias mineradoras apropriarem-se e explorarem a terra indígena sem o consentimento da comunidade local.

Com a inclusão da lei complementária nº227, a revisão da legislação brasileira sobre mineração representaria uma grande ameaça à vulnerável população indígena do país.

Finalizando a legislação sobre mineração, neste verão, o governo brasileiro acelerou a legislação de maneira a favorecer muito pouco a consulta à sociedade civil e aos povos indígenas. Apesar das negociações de 4 anos com a indústria mineradora, o governo brasileiro con-

cedeu apenas 90 dia, de julho a outubro, para consultas à sociedade civil. Além disso, o governo atropelou o processo, permitindo que a legislação salte para o topo da agenda do legislativo. Tal aceleração dificulta ainda mais aos povos indígenas sua participação democrática no processo de produzir leis.

Percebendo o perigo causado pela proposta de revisão da legislação brasileira, VIVAT Internacional interveio procurando dar voz às comunidades indígenas . Em conjunto com parceiros, tais como Franciscanos Internacional e outros membros do Grupo de Trabalho sobre Mineração, VIVAT está pressionado o governo brasileiro, através de vários canais, a estender o período de consultas e incluir grande respeito aos direitos humanos das populações indígenas, na legislação proposta. A campanha da carta escrita, resultado de um maior clamor, levou a retirar a precipitação da legislação. Em seguida, o pacote das regulamentações ficou a cargo do comitê no parlamento brasileiro e espera-se ser votado no início do próximo ano. VIVAT e o Comitê Nacional no Brasil continuará defender a elaboração de um novo código, justo, assegurando que os textos que virão incluam compromissos com os direitos humanos e proteção às comunidades sub-representadas, ameaçadas pela mineração.

DIREITO À ÁGUA

É quase um clichê dizer que nós, humanos, dependemos da água. A existência humana não poderia ser assegurada não fosse pela presença da água em nosso planeta. Toda vez que um novo planeta é descoberto em nosso universo, a primeira questão colocada é: ele tem fonte de água?

Em 1966, a comunidade internacional elaborou o direito ao alimento. Olhando para o artigo 11 da Convenção Internacional sobre Economia, Direitos Sociais e Culturais, vemos que esse direito ao alimento está sublinhado. O primeiro parágrafo do relevante artigo diz:

ARTIGO 11

1. Os Estados-Membros da presente Convenção reconhecem o direito de cada um/cada uma a um adequado padrão de vida para si mesmo/mesma e sua família, incluindo alimentação adequada, vestuário e moradia e contínua melhoria das condições de vida. O Estado Membro dará passos apropriados para assegurar a realização desse direito, reconhecendo, para tanto, a importância essencial da cooperação internacional baseada em livre consentimento.

http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx

Entretanto, não há nenhuma menção a um tal direito à água. Naquela época, os autores da Convenção não atentaram para esse direito. No entanto, a própria natureza confirma que temos direito à água, um direito natural à água, que deve ser respeitado e protegido por todos os Governos Nacionais ao redor do globo.

Em setembro deste ano a população de Turkana, região do Kenia, recebeu a boa notícia de que foram descobertos, no subsolo de seu território, dois grande reservatório de água. Essa é uma das regiões mais quentes e secas do Kenia, onde secas severas são frequentes.

Com a descoberta desses dois enormes lagos subterrâneos, o suplemento de água fresca para o povo e animais da região, para os próximos 80 anos, pode ser assegurado.

Nos últimos anos, algumas ações foram feitas, na ONU, no que se refere à água. O Conselho dos Direitos Humanos adotou uma resolução, em 2008, sobre direitos

humanos e 'acesso a água potável e saneamento' além de expressar uma preocupação profunda – "que um bilhão de pessoas não tinham acesso à água potável e que 2,6 bilhões não tinham acesso ao saneamento básico."

A resolução de 2008 também estabeleceu o mandato do 'Relator Especial sobre direitos humanos à água potável e saneamento'. Tal mecanismo pode ser usado para possibilitar ao povo privado da água, o acesso a esse direito básico. As informações sobre o mandato estão disponíveis aqui:

http://www.ohchr.org/EN/Issues/WaterAndSanitation/SRWater/Pages/SRWaterIndex.aspx

Muitas vezes é difícil realizar tal direito, passar da política à realidade. Para ajudar a população a alcançá-lo o Relator Especial está preparando um livro de bolso sobre o sentido do direito humano à água e ao saneamento e sua execução. Tal instrumento estará disponível em setembro de 2014.

A Resolução 64/292 reconhece que água potável e saneamento são partes integrantes da realização dos direitos humanos.

FILIPINAS – Duplo Desastre em Filipinas Sul

Primeiro foi um terremoto e, depois, um super-tufão. Ambos muito destruidores; ambos levaram tantas vidas e destruíram tantas propriedades. Ambos provocadores de estragos na mãe terra, no espaço de apenas três semanas.

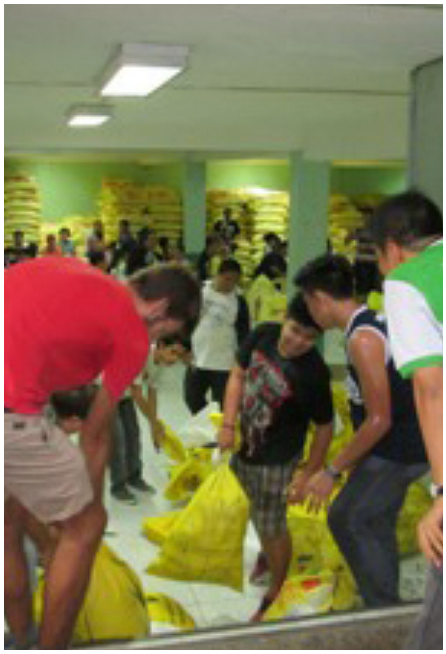
O terremoto na ilha de Bohol ceifou mais de 200 vidas, derrubou centenas de velhas igrejas, quebrou pontes estratégicas, acabou com estradas e destruiu casas. Com mais de 6.000 abalos, o trauma das pessoas nunca acaba. Após seis semanas, muitas pessoas ainda vivem em abrigos e tendas fora de suas casas. Muito lentamente elas tentam reconstruir sua sobrevivência em busca do alimento diário. A distribuição de bens agora está escasseando em favor das vítimas do Haiyan.

O tufão Haiyan, por outro lado, muito pior que o terremoto em Bohol, trouxe incalculável sofrimento ao povo. A fúria dos ventos e a agitação das ondas ceifaram milhares de vidas. Nunca saberemos o número exato de vidas perdidas. Seguramente, é três ou quatro vezes maior do que as autoridades estão divulgando. Infraestruturas públicas ou privadas foram todas arrasadas. O governo estima em cinco anos o prazo para a reconstrução em áreas atingidas pelo tufão. Leyte, a principal fonte de eletricidade nas ilhas vizinhas, incluindo Bohol, pode levar seis meses para restaurar a produção de energia.

As respostas das pessoas não atingidas pelo tufão foram rápidas e generosas. Em ambos os desastres,

doações em dinheiro e em espécies foram massivas. Muitas vieram não apenas de fora, mas também, de fontes domésticas. Muitos ofereceram seus talentos e poder para processar e distribuir os bens. Estudantes, profissionais e gente das comunidades vieram como voluntários.

Apesar do duplo desastre, a esperança não foi totalmente perdida para pessoas criadas para serem resilientes. Pessoas acostumadas a desastres provocados por mãos humanas são capazes de suportar também calamidades naturais. O povo se levantará outra vez. Se for ajudado, o povo irá adiante.



A tarefa urgente de distribuição emergencial de bens está andando e acredita ter alcançado a maior parte das áreas afetadas. Reabilitação e reconstrução virão em seguida. Edifícios públicos devem ser restaurados ao mesmo tempo que as moradias populares. O trabalho é árduo e dispendioso para pessoas que ainda não estão certas de onde conseguir a próxima refeição. Porém, com uma pequena ajuda, esse tempo de dores e sofrimento também passará.

Eugene Docoy, svd

Crianças em Detenção na Bolívia

Diariamente, na Bolívia, mais de mil crianças abaixo de seis anos acordam em prisões por crimes que não cometeram. Além delas, há outros menores, adolescentes e jovens vivendo em detenção, culpados apenas de cair na contraditória legislação do craque e lacunas políticas. A Bolívia ratificou a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, em 1989 e, dez anos mais tarde introduziu seu "Código Del Niño, Niña y Adolescente" (CNNA). Entretanto, a Lei 2298 "Ley de Ejecution Penal y Supervisión", não inclui nenhuma diretiva sobre crianças em visita a pais/mães detidos. Além disso, estipula que crianças podem morar com seus pais na detenção apenas até aos seis anos. Entretanto, estatísticas nacionais mostram que, em dezembro de 2012, havia 1056 crianças em idade escolar vivendo nas prisões em todo o país.

O que acontece na relação entre crianças e pais nas prisões

Através da "Pastoral Carcerária", membros VIVAT Internacional em Bolívia procuram acompanhar detentos, suas esposas e filhos vivendo na detenção. Voluntários oferecem serviços incluindo aconselhamento, apoio pós-escola, orientação em saúde, nutrição e prevenção de doenças. A presença de voluntários e voluntárias cria espaço de interação e proporciona às crianças um meio de quebrar a rotina diária das prisões.

As crianças frequentam a escola próxima da prisão e frequentemente queixam-se de serem estigmatizadas por colegas de classe por serem filhas de detentos. O ambiente hostil em que vivem, muitas vezes, resulta em atitudes defensivas e comportamento agressivo nas crianças e uma linguagem muito diferente daquela das crianças vivendo "fora". Na "Penal de San Pedro", na capital da Bolívia, La Paz, há 2.500 detentos e aproximadamente 300 crianças com idade entre 0 e 15 anos. As crianças têm permissão para entrar e sair livremente da prisão. Elas brincam nos tribunais da detenção e falam com os presos/presas. Muitas permanecem ociosas quando não há voluntárias/voluntários no local. Tensões e conflitos são o alimento diário da vida na detenção, expondo essas crianças a toda sorte de informações e riscos, comprometendo a segurança e o desenvolvimento. Vários casos de abusos a crianças, tanto

emocional como físico, incluindo o abuso sexual têm sido registrados.

No âmbito nacional, o Governo da Bolívia indica que quer manter as crianças longe das prisões. Entretanto, na ausência de políticas claras, o problema persiste. Leonardo da Silva Costa, CSSp, Coordenador Nacional do programa de cuidados pastorais nos centros de detenção naquele País relatou ao Escritório da VIVAT Internacional, em Nova Iorque, que o desenvolvimento de um plano definindo ações concretas para assegurar prevenção, proteção e acompanhamento dos filhos/filhas de detentos é urgente. Ele salienta que o estabelecimento de serviços de orientações e apoio às famílias deveria ser uma prioridade urgente, pois "Na ausência de programas de apoio ou de políticas públicas, de um sistema de monitoramento supervisionado ou de algum incentivo ou apoio aos parentes, capacitando-os a assistir as crianças cujo pai ou mãe esteja detido/detida, as crianças acabarão abandonadas, vítimas da violência ou na rua".

Uma mulher vivendo num centro de detenção em Miraflores, mãe solteira de sete filhos, dos quais ela não tem notícias desde que entrou na prisão, disse: "Nestas circunstâncias o pior castigo pelo qual estou passando é estar longe de meus filhos, não podendo vê-los diariamente, não podendo acariciá-los, alimentá-los ou assegurar que eles tenham roupas para vestir. Esse é meu maior sofrimento".

Detentos e suas esposas muitas vezes apontam, como alguns dos principais motivos dessa situação, para a perda do emprego, falta de recursos e de oportunidades de renda para as esposas estarem em condições de cuidar das crianças, se viverem fora da prisão, bem como do medo da desintegração da unidade família

Seminário sobre Direitos Constitucionais dos Cristãos/Cristãs

Dalits e Direitos dos Migrantes com Atenção Especial às Trabalhadoras e Trabalhadores domésticos

Vivat Internacional realizou um seminário de três dias (12 a 14 de setembro de 2013), sobre o tema: Direitos Constitucionais dos Cristãos/Cristãs Dalits e Direitos dos/das migrantes, no Provincialato SVD, em Indore. O evento foi organizado pelos membros fundadores da Vivat Internacional. Dele participaram sessenta e cinco membros das comunidades SSpS, SVD e OMI.

Pe. Devasagayaraj, Pe. Bosco SJ, Pe. Michel SVD e Irmão Varghese Thekenath SG foram os assessores.

Pe. Michel falou sobre o tema "Direitos Constitucionais dos Dalits Cristãos" e chamou a atenção para o fato de que, apenas 2,3% da população indiana é composta por cristãos e cerca de 80% deles são Dalits e Tribais. Ele salientou que os Dalits que se tornam cristãos acreditavam que, no Cristianismo e na igreja, seriam tratados com a dignidade que lhes é negada na sociedade Hindu. Infelizmente, os Dalits Cristãos continuam a sofrer a mesma discriminação como no passado, mas agora, não apenas por Hindus de classe alta, mas também pelos Cristãos de casta alta, pelo Estado e pela Igreja.

Essa discriminação de Cristãos Dalits vai contra a constituição da Índia. Os pais fundadores da Constituição acreditavam que a Índia moderna deveria ser uma Índia livre, fundada na justiça, igualdade, liberdade, fraternidade e secularismo. Eles consagraram esses princípios cardeais em nossa Constituição. Esses pilares de nossa democracia são garantidos a todos os cidadãos e cidadãs da Índia, pelos Artigos 14, 15, 16 e 25, como direitos fundamentais. Está claro que a Constituição dá liberdade a qualquer um/uma para mudar sua fé. Uma pessoa pertencente a uma determinada casta pode se tornar cristã, um cristão pode se tornar hindu, muçulmano ou budista.

Pe. Bosco, SJ informou os participantes sobre a história de castas no cristianismo. Ele explicou a condição socioeconômica dos cristãos dalits, na Índia, mostrando a discriminação e intocabilidade experimentada por eles mesmos na igreja. Bosco falou também sobre as salvaguardas constitucionais por determinadas castas e explicou como cristãos dalits estão constitucionalmente privados de seus direitos. Ademais, a discriminação experimentada entre os cristãos, dentro da igreja, com base em casta, foi um dos principais pontos de discussão. Ele frisou que uma mudança de mentalidade se faz necessária para dar condições aos dalits de fazer reconhecer sua dignidade. Há uma necessidade crescente de se juntar à luta dos dalits para que eles/elas se sintam respeitados e aceitos como iguais.

Pe. Devasagayaraj falou sobre a "história do castismo no Cristianismo".Ele explicou sobre as condições socioeconômicas dos cristãos dalits na Índia, mostrando a discriminação e intocabilidade experimentada por eles mesmos na igreja. Ele também destacou a resposta da igreja e os caminhos e meios pelos quais podemos garantir os direitos constitucionais dos cristãos dalits.

Irmão Varghese Thekenath expôs sobre "Lei Internacional dos Direitos Humanos e Missão da Igreja". Ele falou aos participantes sobre o fenômeno recente do paradigma dos Direitos Humanos como uma nova religião emergente no mundo. Ele expôs o sentido inato de 'direitos' e 'humanos'. Disse que ser humano é ser criado à imagem e semelhança de Deus. A defesa dos Direitos Humanos das pessoas é o mais importante e efetivo serviço no qual deveríamos participar. No final de sua apresentação, Varghese disse que deveríamos procurar colaborar com as Agências Internacionais que tratam do tema, especialmente com o Conselho dos Direitos Humanos.

O PLANO DA AÇÃO ELABORADO PELOS PARTICIPANTES É:

1. Mudar toda mentalidade negativa através da conscientização, educação, formação continuada e participação em vários movimentos para acabar com discriminação e exclusão;
2. Ajudar a outros a encarar os dalits mais positivamente através da formação e treinamento de lideranças comunitárias locais;
3. Trocar informações sobre a situação dos cristãos dalits e suas lutas através de redes sociais, e mails grupais e boletins informativos;
4. Documentar discriminações e partilhá-las com a Conferência dos Bispos da Índia e com VIVAT Internacional;
5. Formar lideranças através de treinamentos;
6. Possibilitar educação de qualidade aos cristãos dalits;
7. Despertar a consciência através de programas de treinamento, passeatas de protesto, homilias dominicais, etc.;
8. Criar redes com dioceses, outras tradições religiosas, ONGs e com as pessoas comprometidas com o fim da discriminação de qualquer espécie.

Lideranças Religiosas Cometeram Desobediência Civil por reforma na Imigração

Em 29 de outubro, uma centena de pessoas concentrou-se em Nova Iorque, fora do Centro de Detenção Varick Street, onde estão detidos imigrantes que esperam pela deportação. O grupo diversificado incluiu migrantes legais e sem documentação, sonhadores, lideranças religiosas de várias denominações, representantes da sociedade civil e várias outras pessoas; todos saíram às ruas numa manhã fria de outono, por que compartilham profundamente da preocupação pela situação inumana do "limbo", no qual muitos imigrantes nos EUA estão vivendo por longo tempo. Enquanto a tão longamente esperada reforma segue adiada, incontáveis imigrantes são privados de seus direitos humanos e da unidade de suas famílias.

A manifestação foi convocada por 'Nova Iorquinos por uma Real Reforma da Imigração' e por sua aliada, 'Rede Inter-religiosa por Reformas na Imigração'. A campanha da New Iorkers abrange todo o estado e é coordenada pela Coalizão Imigração Nova Iorque e apoiada por 170 organizações de trabalhadores, gente de negócios, religiosos, grupos de base e imigrantes através do estado. A coalizão defende uma revisão do sistema de imigração para satisfazer as necessidades da economia e manter a família unida. No final da manifestação, na Rua Varik, 1º, pessoas cometeram atos de desobediência civil e foram presas por isso. Entre elas estavam uma religiosa católica, um pastor e um bispo que, pela reforma na imigração, com outros ativistas, ocuparam a rua bloqueando o tráfico na Rua Houston, perto das instalações da imigração. Dentro de minutos, foram acusadas de conduta desordeira e levadas pela polícia.

Através de sua ação, essas pessoas expressaram um compromisso profundo pela reforma justa e humana da imigração.

A ação de desobediência civil aconteceu no contexto de uma escalada nacional da ação de defensores da imigração no mês de outubro, com mais de 180 eventos em 150 cidades e 40 estados. Um dos objetivos de muitas dessas ações foi fazer pressão no congresso para conseguir mudanças, incluindo votação pela reforma da imigração. Espera-se da tão longamente almejada reforma uma solução para a cidadania de imigrantes ilegais e proteção contra sua deportação.

Durante algumas palestras, lideranças religiosas presentes destacaram o grande número de imigrantes e suas famílias que pertencem às suas comunidades de fé, através dos Estados Unidos, que são vítimas diárias da ausência de um sistema apropriado de imigração. É extremamente importante que as lideranças religiosas continuem sendo a voz dos sem voz e denunciem dentro e além de sua comunidade eclesial, transmitindo, assim, o drama de tantos imigrantes que já deram significativas contribuições a esse país e cuja causa deve ser levada em conta.

Seminário VIVAT Internacional Anglófono no Oeste da África

Membros de cinco congregações da Nigéria e de Gana reuniram- se para participar do Seminário Vivat Internacional para países de língua inglesa, no Oeste da África. Acontecido em Gana, no Centro de Conferência Verbo Divino, em Adoagyiri Nsawam, de 1º a 7 de dezembro 2013, contou com a presença de 46 religiosas e religiosos, com o objetivo de refletir sobre as questões de JUPIC em seus países, e de pensar no papel da VIVAT na abordagem dessas questões. Dois membros leigos da SVD e da CSSp também participaram no seminário.

As Congregações Religiosas de Gana e Nigéria, Missionárias Servas do Espírito Santo, Sociedade do Verbo Divino, Congregação do Espírito Santo e Missionárias do Santo Rosário e Missionárias Irmãs do Espírito Santo, com entusiasmo, deliberaram sobre questões que dizem respeito a seus ministérios. Os relatórios dos coordenadores/coordenadoras nacionais/provinciais destacaram violação aos direitos humanos e crise ecológica, enfrentadas seriamente pelos dois países, como questões urgentes a serem assumidas, não isoladamente, mas numa rede de congregações.

Os/As participantes refletiram profundamente sobre os fundamentos bíblicos de Justiça, Paz e Integridade da Criação, Ensino Social da Igreja, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Princípios da Defesa e Cultura &Violência: Desafio à Defensoria.

O tema do seminário foi, "Trabalhando por Justiça, Promovendo Paz e Preservando a Natureza".

A equipe executiva da VIVAT refletiu com as/os participantes sobre natureza, forma e função da Organização das Nações Unidas, das ONGs e de outros grupos da sociedade civil. Também disseram "Acreditamos que Deus criou recursos suficientes para todos na terra. A pobreza abjeta e a injustiça que nossas irmãs e irmãos estão sofrendo são resultado de problemas estruturais,

A Equipe Executiva explicou ao grupo sobre a origem de VIVAT e sua função na Defensoria, nas instâncias nacional, internacional e na ONU

No final do seminário , os participantes comprometeram-se a trabalhar os valores do Reino través de VIVAT Internacional. Afirmaram que VIVAT é umas ferramenta prática no trabalho por justiça, paz e preservação da criação.

"Reconhecemos com profunda tristeza as violações aos direitos humanos em nossos países . Nesse momento, estamos particularmente preocupados com a queima de carvão vegetal e com os acampamentos, em Gana e com corrupção/injustiça no setor educacional, água e saneamento, na Nigéria. Isso tudo empobrece a vida de nossos irmãos e irmãs e nosso ecossistema", disse o grupo.

criados por seres humanos, e podem ser enfrentados, confiando em Deus. No mesmo sentido, estamos sofrendo uma crise ecológica como resultado de uma pilhagem desenfreada dos recursos naturais da Terra e agora, a necessidade de optar pela vida é muito mais urgente, preservar e proteger nossos recursos naturais e biodiversidade. Como alternativa, vamos apoiar e promover o desenvolvimento sustentável".

Em suas deliberações, o grupo concluiu que construir o reino de Deus é sinônimo de criar uma sociedade justa. O grupo declarou: "Somos também muito conscientes de nossa fragilidade nessa jornada de fé. Entretanto, estamos confiantes de que temos, certamente, algo a oferecer e nos comprometemos com essas questões pelos próximos três anos. Portanto, damos nossas mãos, em fraternidade, aos diferentes governos e nossos países, à Comunidade Internacional, a outras mulheres e homens de boa vontade para colaborarem conosco nesse projeto"

Em seu plano de ação, o grupo concluiu, com firmeza, que agora se tornou imperativo ter um braço de VIVAT Internacional em Gana e ainda um escritório e seminário semelhante em Nigéria, para dar mais robustez ao serviço de JUPIC em seus países.

Maria Vilma Espinosa, SSpS

VIVAT Internacional: Moçambique e Brasil por Justiça e Paz

Em setembro passado, de 4 a 7, os Missionários Comboni-anos e as Irmãs Comboni de Moçambique e Brasil, responsáveis pelo setor de Justiça, Paz e Integridade da Criação (JUPIC) realizaram um seminário aberto a outros institutos e leigos/leigas interessadas, em Moçambique, cidade de Mampula, para partilhar experiências pastorais relacionadas com novas formas de escravidão. Dario Bossi, missionário comboniano no Brasil, falou sobre os conflitos entre os proprietários de terras e sobre os impactos sociais e ambientais da mineração. A Irmã Comboniana, Clara Torres Acevedo, com sua experiência de trabalho em Moçambique e na África do Sul, desenvolveu o tema do tráfico humano, especialmente nos quais estão envolvidas mulheres e crianças. A conclusão a que chegaram foi de que a pastoral de JUPIC, para ser realmente efetiva, deve ser feita em rede nos âmbitos nacional e internacional. O Fórum Comboniano continua na vida e no comprometimento de muitos irmãos e irmãs dedicados à causa do Reino. Daniel comboni continua a inspirar a prática libertadora levada por seus/suas missionárias.

Em nosso desejo por paz

.... nós lembramos e celebramos Deus-Conosco!

Deus está conosco em nossas alegrias e em nossas dores;

... em nossas lutas e em nossas conquistas;

Deus está conosco em nossos sonhos e desapontamentos;

Deus está conosco em nossos sucessos e em nossos fracassos.

Em nossas experiências de violência e compaixão, medo e heroísmo,

Nossa confiança está nesse Deus-conosco.

Como membros de VIVAT Internacional, nossa esperança por um mundo melhor tem seu fundamento em nossa confiança.

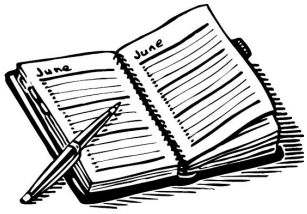
Nossos esforços e coragem de fazer a diferença, de ser uma voz para os/as sem voz, estão assentados na presença desse Deus-conosco.

Essa é a mensagem de Natal, na qual uma, criança impotente mostrou-se demasiado forte diante dos poderes da violência e injustiça.

Esse Jesus, esse Deus-Conosco, é fonte de nossa esperança, alegria, esforços e ânsia por paz.

Abençoado Natal e um Novo Ano cheio de paz a todas/todos!

Ir. Maria Theresia Hörnemann, SSpS
Presidente de VIVAT Internacional



PRÓXIMOS EVENTOS

JANEIRO

Jan. 6-10
Abertura do Grupo de Trabalho sobre as Metas do Desenvolvimento sustentável,
7ª sessão – Nova Iorque

Jan. 27
Reunião da Diretoria de VIVAT,
Roma

FEVEREIRO

Fev. 3-7
Abertura do Grupo de Trabalho sobre metas do Desenvolvimento Sustentável,
8ª sessão,
Nova Iorque

Fev 11-21:
52ª Sessão
da Comissão de Desenvolvimento Social,
Nova Iorque

MARÇO

Março 20-21
Comissão sobre a Posição da Mulher,
58ª sessão.
Nova Iorque